



A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA SELVA EM TEMPOS DE DITADURA: NOTAS SOBRE ARQUIVOS E MEMÓRIA (1970-1985)

Cátia Cristina de Almeida Silva

Doutoranda PPGHIS -UFMT | IFMT

catia.almeida@gmail.com

O contexto do golpe civil-militar de 1964, evidencia um cenário de difícil conciliação entre os diferentes agentes do tecido social. O agravamento da crise econômico-financeira, a participação conspiratória de parte de militares das Forças Armadas, de setores da sociedade civil como o empresariado, a imprensa, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entre outros, colaboraram para o rompimento democrático. A partir de então, foram tomadas iniciativas para excluir a oposição política, diversas instituições representativas foram colocadas na ilegalidade e perseguições realizadas no funcionalismo civil e militar levando à suspensão de direitos políticos de centenas de pessoas. Tratava-se do início do processo de militarização da vida política e social, em geral, e de repressão àqueles que se opuseram ao governo liderado pelos militares.

Acerca da repressão e do sistema de espionagem, é importante destacar que a informação ocupou lugar privilegiado no planejamento do Estado. Foi permanentemente utilizada pelos militares para ações da polícia política e de censura, garantindo ao regime a estabilidade necessária. O autoritarismo tornou-se instrumento de ação do Estado brasileiro no processo de varredura das oposições no jogo político. Com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964, teve início a montagem de uma ampla e complexa rede de informações que cobriu todo o país com o objetivo de garantir a manutenção do poder militar. Aos poucos, as ações do sistema de informações extrapolaram as fronteiras nacionais, passando a realizar também operações em países dos continentes americano, africano e europeu.

As pesquisas realizadas pelo historiador Carlos Fico, ampliaram o conhecimento da estrutura e do funcionamento do sistema de informações. Segundo o autor, além dos Centros de Informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, existiram órgãos de



informações ligados também aos ministérios civis, autarquias, fundações e demais órgãos públicos. Nestas repartições, funcionava a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) e, "muitas foram criadas em função do prestígio que seus chefes imediatos e superiores poderiam auferir: se a repartição era importante, deveria contar com uma AESI". (2003, p. 176)

No caso do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a estrutura de informação montada incluía uma Divisão de Segurança e Informação (DSI), com as Agências Centrais (AC) e com trinta e quatro Assessorias de Segurança e Informações (AESI) subordinadas à DSI. As relações estabelecidas entre as universidades, as comunidades universitárias e os órgãos do Estado, vem sendo investigadas por pesquisadores de diferentes Estados do país. A produção historiográfica foi intensificada e diversificada com os avanços trazidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, e pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, das suas correspondentes estaduais e municipais, e das comissões instaladas também nas universidades após 2011.

A temática em discussão neste texto diz respeito ao período de ditadura militar com recorte para compreender principalmente as memórias da implantação da Universidade Federal de Mato Grosso, bem como as ações repressivas realizadas ao longo do primeiro decênio após o golpe, na cidade de Cuiabá/MT. O objetivo é apresentar algumas reflexões iniciais sobre o período dialogando principalmente com a literatura que trata das relações entre a Memória e a História.

A possibilidade de uso de novas fontes históricas e a publicação de estudos sobre memória são fundamentais para a construção de novas hipóteses e para a produção de pesquisas inéditas sobre o tempo presente, revitalizando a produção historiográfica acerca da ditadura militar, sobretudo pensando as especificidades regionais.

Memórias sobre a ditadura militar em Cuiabá e a criação da Universidade Federal de Mato Grosso

Acompanhamos com maior intensidade nos últimos anos, o debate público sobre representações revisionistas e negacionistas acerca da ditadura militar brasileira. Disputas por memórias e narrativas históricas seguem despertando interesse de parte da sociedade



motivada com a possibilidade de estabelecer novas relações com o passado recente do país.

Refletindo sobre a história e a memória, Pierre Nora nos ajuda a compreender a diferença entre os referidos campos. Para ele, história e memória não são sinônimos, sendo a primeira uma representação do passado, uma "operação intelectual e laicizante, que demanda análise e discurso crítico". A memória, por sua vez, é entendida como "um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, afetiva e mágica, emerge de um grupo que ela une, é múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada". (1993, p.9)

Nora ao estabelecer fronteiras entre os campos deixa evidente o lugar social da prática historiográfica e a responsabilidade inerente ao ofício do historiador. A história, por meio de suas técnicas e métodos, acessa e estuda as lembranças, os esquecimentos e os fragmentos da memória. A historiografia, como sugere José Carlos Reis, controla os abusos e os esquecimentos da memória. (2010. p. 41)

Outra importante contribuição de Pierre Nora é a noção de lugares de memória. Compreendidos como restos, como marcos testemunhais que também podem ser objetos do conhecimento histórico, é nos chamados lugares de memória que encontramos os fragmentos da memória que já não são espontaneamente alcançados pela memória coletiva.

Nesse sentido, encontramos na cidade de Cuiabá/MT, alguns lugares como vias, monumentos, praças e prédios públicos que fazem referência ao golpe de 1964 e ao período ditatorial. A maioria desses lugares de memória permaneceram inalterados após o fim da ditadura, as mudanças ocorridas foram poucas e superficiais. Ao final do século XX, por exemplo, uma das vias centrais da cidade, chamada de avenida 31 de Março teve seu nome alterado. A modificação foi feita pela Câmara Municipal e a via passou a ser denominada avenida José Monteiro de Figueiredo - Dr. Zelito, em homenagem ao médico mato-grossense que também foi vereador e deputado estadual.¹

Outra mudança aconteceu em 2003, com a aprovação da Lei municipal nº 4.433, de autoria do vereador cuiabano Totó Parente, com o objetivo de alterar a designação da

¹ Disponível em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/legislacao//norma.aspx?id=7217&temas=31&ano=1996>
Acesso em 15/12/2022.



praça Costa e Silva. O logradouro localizado na avenida José Monteiro de Figueiredo foi renomeado como praça Sávio Brandão. A praça, localizada na antiga avenida 31 de Março, fica em frente ao atual 44º Batalhão de Infantaria Motorizada - antes denominado 16º Batalhão de Caçadores-, local que serviu como prisão para pessoas que se opuseram ao golpe de 1964.²

Nos dois casos, assim como em outras mudanças ocorridas antes de 2011, quando teve início o processo de instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), não houve mobilização por parte dos movimentos sociais organizados da cidade. O relatório final da CNV recomendou a revisão dos nomes de logradouros que prestem homenagens à personalidades agentes da ditadura militar. Contudo, tal recomendação resultou em poucas iniciativas pontuais que, por sua vez, esbarraram em discussões políticas em algumas Assembleias Estaduais e na Câmara Federal. Nos exemplos acima citados, as leis foram iniciativas dos próprios vereadores da cidade que agiram demonstrando haver algum consenso e coesão social em suas proposições. Acerca das disputas pela memória, Campos e Ferraz acrescentam:

O grande problema não se coloca em termos de existir ou não memória, de se fazer ou não seleção de memórias, mas do Estado se colocar como o controlador da memória. Do Estado definir não somente o que se deve recordar, senão, também, como se deve recordar. (CAMPOS;FERRAZ, 2018, p.186)

É fundamental a participação da sociedade nos processos de conhecer e repensar os fragmentos de memória para (re)construção de outras histórias. Nesse sentido, percebemos a manutenção de uma certa memória oficial do período da ditadura militar em Cuiabá/MT. O passado afeta o presente e impede que outras memórias possam emergir. Por outro lado, os trabalhos da CNV promoveram o ressurgimento e a divulgação de memórias vencidas, excluídas e marginalizadas, permitindo refletir mais profundamente sobre a memória nacional predominante.

Segundo Michael Pollak, "essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa". No texto

² Disponível em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=8086&autor=1201>
Acesso em 15/12/2022. Domingos Sávio Brandão de Lima Júnior era empresário, dono do jornal Folha do Estado e foi assassinado em 2002 a mando do bicheiro João Arcanjo.



"Memória, Esquecimento, Silêncio", publicado em 1989, o autor apresenta e analisa três exemplos com objetivo de discutir a memória subterrânea. São casos de memórias lançadas ao silêncio e ao esquecimento, que ressurgiram após episódios impactantes como: o recrutamento dos alsacianos e lorenos para a Segunda Guerra Mundial; o processo de destalinização na URSS; e os sobreviventes dos campos de concentração na Alemanha. (1989, p.4)

Os exemplos apresentados por Pollak ressaltam ainda o quanto as memórias subterrâneas, à revelia da memória nacional ou coletiva, permanecem vivas mesmo com a passagem dos anos e até dos séculos. Essas memórias que despertam afetos diversos seguem guardadas e são partilhadas individualmente ou em grupo, na esfera familiar ou privada dos envolvidos nos processos.

Nos escritos de Michael Pollak encontramos indicações para pensar a memória sobre a ditadura militar e compreender como elas são construídas, (re)construídas e disputadas. Tal período da história brasileira segue marcado por movimentos de lembranças, silêncios e de esquecimentos que dificultam o processo de integração das memórias. Para o autor, "manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum", são duas importantes funções da memória. Desse modo, complementa o autor:

Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. (...) pode-se colocar a questão das condições de possibilidade e de duração de uma memória imposta sem a preocupação com esse imperativo de justificação. Nesse caso, esse imperativo pode se impor após adiamentos mais ou menos longos. Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes freqüentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência. (POLLAK, 1989, p. 7)

Na perspectiva de Michael Pollak as memórias são enquadradas, ou seja, constituídas a partir de alguns elementos como os acontecimentos, os monumentos e



também a própria história. Refletindo acerca da criação da UFMT no início da década de 1970, observamos esse processo de enquadramento de memórias na ocasião da comemoração dos seus 40 anos de fundação. Naquele momento houve a publicação de uma obra escrita pelos historiadores Nileide Dourado, Roberto Ribeiro e Elizabeth Siqueira (2010) sobre a trajetória da universidade, foi criada uma página da internet para apresentar imagens da fundação do campus Cuiabá e aconteceram diversas apresentações artísticas e culturais. A rememoração foi feita também em 2020, na celebração dos 50 anos, com a publicação de um selo oficial e o convite para que a sociedade cuiabana enviasse seus registros fotográficos da universidade.

O enquadramento de memória ocorre silenciando e apagando imagens divergentes. Planejada para atender às crescentes demandas pela implantação de uma universidade no Estado, a UFMT nasceu em meio ao ápice de autoritarismo do regime militar. Sua fundação é atravessada pela reforma universitária realizada em 1968, por mobilizações estudantis em Cuiabá e em outras cidades do país. Por outro lado, na produção memorialística, especificamente na obra "Ensino Superior em Mato Grosso", escrita por Benedito Pedro Dorileo, um dos fundadores e reitor da UFMT, percebemos as disputas por memórias e a prevalência de uma memória homogeneizadora. Nela os conflitos do regime militar ficam pouco evidentes quando se trata de Cuiabá, quando a escala do autor é regionalizada. Vejamos Dorileo sobre a implantação da UFMT:

Friso ter sido um somatório histórico de um povo, não importando questiúnculas estimulantes políticas ou ideológicas. O desiderato era superior. Foi todo um evoluir, desde o primeiro canteiro aceso, em meio aos cascalhos ásperos e repletos de ouro do "arrayal de Cuyabá", em 1719, pelo audaz e iletrado bandeirante Paschoal Moreira Cabral, fundador de uma nova civilização. (DORILEO, 2005, p. 77)

São poucas as passagens em que o ex-reitor utiliza expressões como regime de exceção, autoritarismo, cerceamento de direitos e garantias individuais, para caracterizar o governo dos militares em escala nacional. Ao pensar a partir de uma escala espacial regionalizada, o autor diz:

não há como negar, na época, a autonomia plena concedida à Fundação, órgão mantenedor da Universidade, para, através do Conselho Diretor e Reitoria, promover a sua implantação, com recursos para construção do campus, definição direta de Planos e



Cargos e Salários, com organização de todos os órgãos. (DORILEO, 2005, p. 326)

No cruzamento de escalas móveis de tempo e espaço, temos memórias e narrativas que podem medir e dar sentido para o funcionamento de determinados regimes de verdade que concorrem com outros regimes existentes. No múltiplo jogo escalar, do local para o nacional, são muitas as questões que aparecem quando o recorte é o tempo presente, especialmente quando trata-se do período de ditadura militar. (SIRINELLI, 2014, p.117).

Na seção do livro denominada "Memoração", o autor depoente Dorileo narra que a UFMT mesmo estando sob uma legislação nacional extremamente autoritária, como foi o caso do decreto nº 477³, de fevereiro de 1969, não aplicou em nenhuma situação ocorrida em seu campus, qualquer sanção prevista na lei. Seu depoimento aponta sempre o caminho do diálogo para solucionar os problemas locais, com a busca de "outras medidas regulamentares mesmo sob pressão superior". (2005, p. 327)

Sem dúvida é mais um aspecto relevante da memória que também podemos articular como sendo parte de uma cultura política existente nas relações estabelecidas localmente na sociedade cuiabana e no campus da UFMT. A noção de cultura política proposta por Serge Bernstein (1998), nos ajuda a analisar o imaginário político e identificar as diversas culturas políticas que coexistem numa mesma sociedade. É uma chave explicativa que permite identificar e melhor compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura.

Dentre as diferentes culturas políticas nacionais, destacamos aquelas discutidas por Rodrigo Motta. O autor em suas formulações teórico-metodológicas, trata das tendências conciliatórias presentes no âmbito das universidades brasileiras a despeito do autoritarismo e da violência promovidas pelo Estado durante a ditadura militar. Afirma que nos comportamentos e nas práticas políticas, “a influência da cultura política se fez presente, e jogos de acomodação e estratégias de conciliação ocorreram simultaneamente à violência”.(2013, p.19-20)

Retomando o caso da UFMT, enquanto testemunha do passado institucional da universidade, Dorileo seleciona as memórias que deseja fazer constar em seu livro, assim

³ O Decreto nº 477, de fevereiro de 1969, definia as infrações praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares, e dava outras providências.



como silencia outras que remetem a conflitos, cisões ou acontecimentos traumáticos. Em geral, as memórias demonstram a existência da cultura política que operou conciliando as necessidades de construção de uma nova instituição de ensino com a pressão para atender às diretrizes autoritárias do governo. A interpretação de Dorileo considera as experiências do seu passado individual e da instituição da qual fez parte. Assim, suas memórias dão sentido para sua própria identidade individual como para a identidade do grupo de professores fundadores da universidade. Sobre essa forma de enquadramento de memória, Pollak afirma,

se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de historiadores da casa. (...) Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. (POLLAK, 1989, p.12-13)

Para o pesquisador que deseja acessar as memórias subterrâneas não contempladas na memória nacional ou coletiva, os recursos e os instrumentos da história oral são um importante caminho visto a dificuldade ainda existente para localizar e acessar documentos produzidos no Brasil entre as décadas de 1960-1980. Pesquisando sobre esse recorte temporal em Mato Grosso, a historiadora Suzana Arakaki narra como foi sua trajetória em busca de fontes sobre o período para construção de sua tese de doutoramento. Arquivos parcialmente destruídos por incêndio ou atingidos por enchentes, documentos desaparecidos durante processos de mudanças e que não puderam ser localizados em instituições de guarda como nos casos do Arquivo Público de Mato Grosso e do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, são parte da realidade encontrada. Além da busca por fontes documentais, a autora recorreu às entrevistas realizadas com pessoas que viveram o período. As buscas da pesquisadora resultaram no trabalho, referência na área, intitulado "As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)".



Outra possibilidade para pensar essa temática está apresentada no artigo "Anos de chumbo ou anos de ouro?", escrito por Janaina Cordeiro. Nele há uma reflexão sobre os esquecimentos e os silêncios presentes nas memórias construídas acerca do governo Médici. A autora discute a complexidade existente na memória do período ora chamada "anos de chumbo", em que se evoca a violência e o autoritarismo do regime, ora na memória que referencia o crescimento econômico e a conquista da copa do mundo de futebol, como "anos de ouro". Cordeiro ultrapassa o binarismo ao questionar como tais memórias sobressaem em detrimento de outras. E mais, a autora aborda as "implicações desse processo e as especificidades do sentido tomado pelas disputas de memória, sobretudo a partir da abertura política e dos debates em torno da anistia negociada." Trata-se de um bom exercício de como pensar historicamente a memória partindo dos seus enquadramentos e cristalizações. (2009, p. 93)

Acerca especificamente da pesquisa sobre a criação da UFMT e suas relações com a ditadura militar, destacamos que mesmo estando em fase inicial de desenvolvimento, é possível tecer algumas considerações. Como já foi pontuado a partir da tese de Arakaki, o tema da ditadura militar em Mato Grosso ainda é pouco estudado em parte devido à dificuldade em relação ao acesso às fontes. A UFMT não remeteu ao Arquivo Nacional a documentação solicitada pela CNV. Naquele momento, a reitora Maria Lúcia Cavalli Neder respondeu ao ofício nº 174/2012-CNV, expedido em 02 de outubro de 2012, contendo a informação de que não foram identificados "registros nos arquivos desta UFMT, de professores, servidores ou funcionários, cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política, no período de 1964 a 1985".⁴

Faltam estudos que discutam a história do período com a devida profundidade e complexidade necessárias. A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) instituída no campus da UFMT pela Resolução do Conselho Diretor número 67/1972, foi uma dentre as trinta e quatro assessorias que atuaram nas universidades brasileiras. A documentação da AESI/UFMT ainda segue inacessível para consulta na contramão do que aconteceu em outras universidades. A abertura dos arquivos das AESIs da UFMG, UNB, UFES, UEL, UFPA, UFG, UFF, UFPE, UFPB, UFAL, UFRN possibilitou a

⁴ Conforme ofício nº 575/GR/2012, de 19 de outubro de 2012.



realização de diversas pesquisas que elucidaram as relações entre estas universidades e o regime militar.

As fontes da AESI/UFMT são importantes para a construção de uma história mais extensa da UFMT, uma história em diálogo com as memórias que possam ajudar a compreender e também incorporar a elaboração de fenômenos como os traumas, discutir os silêncios e os esquecimentos desse período de repressão e violação de direitos constitucionais. Finalizamos com o questionamento sobre qual o papel da história e qual a atuação cabe aos historiadores nessas disputas por memórias?

Considerações finais

Neste texto apresentamos algumas considerações iniciais elaboradas a partir das relações entre memória e história. O período delimitado abrange o contexto da ditadura militar brasileira e a criação da Universidade Federal de Mato Grosso. A implantação do campus Cuiabá ocorreu após uma série de iniciativas como manifestações e passeatas populares, destaque em jornais de circulação na capital e negociações na esfera política. Assim, em 10 de dezembro de 1970, foi publicada a Lei n.º 5.647, que autorizou a instituição da FUFMT, a partir da junção das já existentes Faculdade de Direito e do Instituto de Ciências e Letras.

Numa conjuntura marcada pela reforma universitária e pelos rastros do Ato Institucional n.º5, poucos são os estudos em Mato Grosso que discutem essa complexa relação. Como sugere Motta (2014), as relações estabelecidas entre os governos militares e as universidades foram, ao mesmo tempo, autoritárias e modernizantes.

Portanto, é possível que o acesso a novas fontes documentais demonstrem dinâmicas locais não contempladas ainda nas memórias oficiais pois a memória social construída não menciona as tensões ou os embates entre professores, estudantes e a administração da instituição. As memórias seguem em disputa.

Referências Bibliográficas

<https://www.camaracuiaba.mt.gov.br/noticia.php?id=6963>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.



ARAKAKI, Suzana. *As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969) (Dourados), (MS) : (UFGD), 2015. 213p*

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 85-104, janeiro-junho de 2009.

D’ALESSIO, M. Márcia. Intervenções da memória na Historiografia: identidades, Subjetividades, Fragmentos e Poderes. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós Graduação em História PUC/SP. no 17, p.269-280, nov/98.

FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes; CAMPOS, Lucas Pacheco. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, no 11, v.55, pp.179-207, 2018.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. V. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 167-205.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo P. S. Ruptura e Continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs) *Autoritarismo e Cultura Política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Nº 10. São Paulo: PUC, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, p.3-15, 1989.

REIS, José Carlos. A “dialética do reconhecimento” em Paul Ricoeur: memória, história, esquecimento. In: _____. *O desafio historiográfico*. RJ: Editora FGV, 2010. p.29-62.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; DOURADO, Nileide Souza; RIBEIRO, Roberto Silva (Orgs.). *Universidade Federal de Mato Grosso: 40 anos de história (1970-2010)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SIRINELLI Jean-François. A história política na hora do “transnational turn”: a ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo. In: *Abrir a História. Novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 103-124.